

29/8/2016

Exercícios - FCC

Regime Jurídico Único do Servidor
da União

COMPILAÇÃO DE QUESTÕES DE PROVAS DA
FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS (FCC) SOBRE A LEI
8.112/90 – REGIME JURÍDICO ÚNICO DO
SERVIDOR PÚBLICO DA UNIÃO

Rodrigo Cavalheiro Rodrigues
MULTIVERSO JURÍDICO

Sumário

1. Provimento e Vacância	1
2. Direitos e Vantagens	2
Vencimento, remuneração e vantagens	2
Férias.....	4
Licenças, afastamentos e concessões	5
3. Tempo de Serviço	6
4. Direito de Petição.....	6
5. Regime Disciplinar	7
6. Processo Administrativo Disciplinar	9
7. Seguridade Social do Servidor	11
Gabarito	11

1. Provimento e Vacância

01. Tribunal Regional Eleitoral do Amapá – Técnico Judiciário – 2011.

A Recondução que é o retorno do servidor estável ao cargo anteriormente ocupado decorrerá, dentre outra hipótese, de

- a) transferência do anterior ocupante.
- b) disponibilidade do anterior ocupante.
- c) aproveitamento do anterior ocupante.
- d) reintegração do anterior ocupante.
- e) readaptação do anterior ocupante.

02. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região – Técnico Judiciário – 2011.

A vacância do cargo público NÃO decorrerá de

- a) reintegração.
- b) readaptação.
- c) posse em outro cargo inacumulável.
- d) demissão.
- e) exoneração.

03. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região – Juiz do Trabalho – 2012.

Constitui forma de provimento de cargo público, de acordo com a legislação que rege a matéria:

- a) Reversão, consistente no provimento de cargo decorrente de transformação do originalmente ocupado pelo servidor, condicionada a aprovação em processo seletivo específico.
- b) Readaptação, consistente na investidura de servidor em cargo de menor complexidade, quando inabilitado em estágio probatório do cargo efetivo originalmente provido.
- c) Reversão, consistente no retorno à atividade de servidor aposentado, nas hipóteses previstas em lei, no mesmo cargo ou em cargo resultante de sua transformação.
- d) Recondução, consistente no retorno do servidor ao cargo de origem, quando invalidada sua demissão por decisão administrativa ou judicial.
- e) Readaptação, consistente no retorno à atividade de servidor aposentado por invalidez, quando junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria.

04. Defensoria Pública – SP – Oficial de Defensoria Pública – 2012.

Em relação ao servidor público ocupante de cargo efetivo pode-se afirmar:

- a) adquire estabilidade após dois anos de efetivo exercício no cargo.
- b) perde o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada a ampla defesa.
- c) perde o cargo após dois anos de efetivo exercício e apenas mediante decisão administrativa transitada em julgado.
- d) adquire estabilidade com a aprovação no concurso público para provimento do cargo.
- e) perde o cargo por meio de decisão administrativa somente se já adquiriu estabilidade.

05. Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região – Juiz do Trabalho – 2011.

A Lei Federal nº 8.112/90 e suas alterações, que disciplina o regime jurídico dos servidores civis da União, das autarquias e das fundações federais, ao dispor sobre o provimento de cargos públicos, estabelece

- a) requisitos básicos para a investidura, entre os quais a nacionalidade brasileira, o gozo dos direitos políticos, aptidão física e mental e idade mínima de 21 anos.
- b) a obrigatoriedade de reserva de até 20% das vagas oferecidas em concurso para portadores de deficiência, verificada a compatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo.
- c) as formas derivadas de provimento: promoção, reversão, readaptação, reintegração e transposição.
- d) obrigatoriedade de prévio concurso público de provas e títulos para o provimento de cargos efetivos de nível superior.
- e) a possibilidade de provimento de cargos em comissão independentemente de prévio concurso público, reservado o percentual de 20% (vinte por cento) de funções dessa natureza para integrantes da carreira.

06. Tribunal Regional Federal da 4ª Região – Analista Judiciário – 2012.

Considere os seguintes institutos, previstos na Lei nº 8.112/1990:

- I. exoneração.
- II. readaptação.

III. promoção.

IV. aposentadoria.

V. redistribuição.

De acordo com o referido diploma legal, ensejam a vacância de cargo público o que consta APENAS em

a) III e IV.

b) IV e V.

c) I e IV.

d) I, II, III e IV.

e) II, III e V.

2. Direitos e Vantagens

Vencimento, remuneração e vantagens

07. Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região – Analista Judiciário - 2011

Os agentes administrativos submetidos ao regime estatutário, ou sejam, os servidores públicos; os agentes políticos, a exemplo dos chefes dos Executivos; e os empregados públicos como os presidentes de empresas públicas, estão sujeitos ao sistema remuneratório consistente, técnica e respectivamente, na categoria de

a) vantagens pecuniárias, salário e subsídio.

b) vantagens pecuniárias, vencimentos e salário.

c) subsídio, vencimentos e salário.

d) vencimentos, subsídio e salário.

e) vencimentos, vantagens pecuniárias e subsídio.

08. Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região - Analista Judiciário – 2016

Além dos vencimentos ordinariamente pagos aos servidores públicos federais, de acordo com a Lei nº 8.112/1990, podem lhes ser atribuídas algumas vantagens. Dentre elas,

a) distinguem-se as indenizações das gratificações, pois as primeiras se incorporam à remuneração para todos os fins, enquanto as gratificações perduram apenas enquanto durar o evento que lhes justifica.

b) estão as indenizações, gratificações e adicionais, que se incorporam aos vencimentos dos servidores para todos os fins, sempre que ficar configurada habitualidade no recebimento por prazo superior a um exercício orçamentário.

c) destacam-se as indenizações e os adicionais, que se incorporam aos vencimentos dos servidores e ficam excluídas do teto de remuneração.

d) distinguem-se as indenizações das gratificações, pois estas podem se incorporar aos vencimentos dos servidores, conforme disposto na lei, assim como os adicionais.

e) equiparam-se os adicionais às gratificações para fins de incorporação aos vencimentos dos servidores, tendo em vista que ambas as vantagens passam a integrar a remuneração ou proventos dos servidores em sua integralidade, para todos os fins.

09. Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo – Técnico Judiciário – 2012.

Celso, servidor público federal em São Paulo, foi designado para prestar serviço no Rio de Janeiro, com afastamento em caráter eventual. No caso, o servidor terá despesas extraordinárias, entre outras, com pousada. Esse deslocamento ocorre por força de alteração de lotação. Assim, essas despesas serão ressarcidas com a concessão de

a) diárias.

b) auxílio-moradia.

c) ajuda de custo.

d) indenização de transporte.

e) gratificação por serviços extraordinários.

10. Tribunal Superior do Trabalho – Analista Judiciário – 2012.

Considere as seguintes assertivas, no tocante ao regime da Lei nº 8.112/90:

I. Além do vencimento, poderão ser pagas ao servidor as seguintes vantagens: indenizações; gratificações e adicionais.

II. As indenizações não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito.

III. As gratificações e os adicionais incorporam-se ao vencimento ou provento, nos casos e condições indicados em lei.

Está correto o que se afirma em

a) I, apenas.

b) I e II, apenas.

c) II e III, apenas.

d) I e III, apenas.

e) I, II e III.

11. Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região – Técnico Judiciário – 2013

De acordo com a Lei nº 8.112/90, considere:

I. Amarildo é servidor público nomeado para um cargo em cidade que conta com imóvel funcional disponível para o servidor.

II. Marilda, companheira do servidor Naldo, ocupa um imóvel funcional na cidade onde trabalha.

III. Plínio, servidor público federal, é casado e tem dois filhos. Sua filha mais velha reside com ele e recebe auxílio-moradia.

IV. Pafúncio é nomeado para um cargo em determinada cidade onde já foi proprietário de um imóvel, vendido cinco anos antes de sua nomeação.

NÃO terão direito ao auxílio-moradia, os servidores indicados APENAS nas hipóteses

- a) I, II e III.
- b) I, II e IV.
- c) III e IV.
- d) I e III.
- e) II e IV.

12. Conselho Nacional do Ministério Público – Técnico – 2015

De acordo com a Lei nº 8.112/90, a ajuda de custo destina-se a compensar as despesas de instalação do servidor que, no interesse do serviço, passar a ter exercício em nova sede, com mudança de domicílio em caráter permanente. Na hipótese do servidor se afastar do cargo, ou reassumi-lo, em virtude de mandato eletivo:

- a) será concedida ajuda de custo calculada sobre a remuneração do servidor, não podendo exceder a importância correspondente a três meses.
- b) não será concedida ajuda de custo havendo expressa vedação legal neste sentido.
- c) será concedida ajuda de custo correspondente ao valor fixo referente ao último mês da remuneração do servidor.
- d) será concedida ajuda de custo calculada sobre a remuneração do servidor, não podendo exceder a importância correspondente a seis meses.
- e) será concedida ajuda de custo calculada sobre a remuneração do servidor, não podendo exceder a importância correspondente a dois meses.

13. Conselho Nacional do Ministério Público – Técnico – 2015

O auxílio moradia

a) será concedido ao servidor mesmo na hipótese de outra pessoa que resida com o servidor esteja recebendo o referido auxílio, exceto se cônjuge.

b) cessará imediatamente no caso de falecimento ou exoneração.

c) cessará imediatamente no caso de colocação de imóvel funcional à disposição do servidor ou aquisição de imóvel.

d) começará a ser pago no prazo mínimo de três meses após a comprovação da despesa pelo servidor.

e) possui valor mensal limitado a 25% do valor do cargo em comissão, função comissionada ou cargo de Ministro de Estado ocupado.

14. Conselho Nacional do Ministério Público – Analista – 2015

De acordo com a Lei nº 8.112/90, o servidor que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinária com pousada, alimentação e locomoção urbana, conforme dispuser em regulamento. Quando o deslocamento NÃO exigir pernoite fora da sede,

a) só será devido o pagamento de diária, ainda que não integral, se o afastamento superar 20 quilômetros.

b) não é devido o pagamento de diária.

c) só será devido o pagamento de diária, ainda que não integral, se o afastamento superar 30 quilômetros.

d) a diária é devida em 70%.

e) a diária é devida pela metade.

15. Tribunal Regional Eleitoral do Amapá – Técnico Judiciário – 2015

Considere os itens relacionados aos servidores públicos civis da União.

I. Servidor teve despesas com sua instalação por ter mudado de domicílio em caráter permanente, no interesse público, passando a ter exercício em nova sede.

II. Servidor teve despesas com locomoção urbana por ter se afastado de sua sede para outro ponto do território nacional, a serviço, em caráter transitório.

III. Servidor teve despesas por utilizar meio próprio de locomoção para execução de serviços externos, por força das atribuições próprias do cargo.

Nos termos da Lei nº 8.112/90, esses servidores farão jus, respectivamente, a

a) diária, diária e ajuda de custo.

- b) ajuda de custo, diária e indenização de transporte.
- c) indenização de transporte, indenização de transporte e indenização de transporte.
- d) ajuda de custo, ajuda de custo e indenização de transporte.
- e) diária, diária e indenização de transporte.

16. Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região - Analista Judiciário – 2014

Lara, servidora pública federal do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, está ansiosa para receber sua gratificação natalina, a fim de comprar presentes para seus familiares e quitar alguns débitos que ainda possui. A propósito da gratificação narrada e nos termos da Lei no 8.112/90, é INCORRETO afirmar que

- a) a gratificação será paga até o dia 20 (vinte) do mês de dezembro de cada ano.
- b) a gratificação natalina corresponde a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano.
- c) a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias será considerada como mês integral.
- d) a gratificação natalina será considerada para o cálculo de toda e qualquer vantagem pecuniária.
- e) o servidor exonerado perceberá sua gratificação natalina, proporcionalmente aos meses de exercício, calculada sobre a remuneração do mês da exoneração.

17. Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Analista Judiciário – 2013

A Lei prevê, além do vencimento que poderão ser pagos ao servidor, indenizações, gratificações e adicionais. É regra atinente a essas vantagens o

- a) pagamento de auxílio-moradia ser uma espécie de gratificação.
- b) cabimento de ajuda de custo a servidor afastado em virtude de mandato eletivo.
- c) não cabimento de diárias se o deslocamento da sede constituir exigência permanente do cargo.
- d) cabimento de auxílio-moradia se o deslocamento do servidor ocorrer por força de nomeação para cargo efetivo.
- e) cálculo da ajuda de custo feito sobre a remuneração do servidor, não podendo exceder a importância correspondente a 2 meses.

18. Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região - Analista Judiciário – 2014

Conforme a Lei no 8.112/1990, uma servidora pública que exerça sua atividade como técnica de radiologia em hospital federal,

- a) poderá receber os adicionais de insalubridade e de periculosidade de forma concomitante até à aposentadoria.
- b) pode ter cessado o seu direito ao adicional de insalubridade ou periculosidade a qualquer momento.
- c) faz jus ao adicional de insalubridade, independentemente da habitualidade que se exponha à radiação ionizante.
- d) deverá ficar afastada de toda e qualquer condição de trabalho durante a gestação e até um ano de lactação.
- e) deverá ser submetida a exames médicos em frequência mínima anual, caso se exponha à radiação ionizante.

Férias

19. Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região - Técnico Judiciário – 2013

O TRT/BA elaborou a escala de férias de seus servidores. É regra atinente às férias, nos termos do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, que

- a) não podem ser acumuladas.
- b) para o primeiro período aquisitivo são exigidos 12 meses de exercício.
- c) só podem ser levadas à conta de férias, as faltas justificadas.
- d) podem ser parceladas em até 2 etapas.
- e) o pagamento da remuneração das férias será efetuado até 5 dias antes do início do respectivo período.

20. Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região - Técnico Judiciário – 2015

Quanto ao direito de férias do servidor público federal submetido ao regime da Lei nº 8.112/1990, é correto afirmar:

- a) O servidor titular de cargo efetivo fará jus a trinta dias de férias, que não poderão ser acumuladas, mesmo no caso de necessidade do serviço, por se tratar de direito constitucional, atribuído aos trabalhadores urbanos e rurais, extensível ao servidor público.
- b) A pedido do servidor as férias poderão ser parceladas em até, no máximo, duas etapas de 15 dias, desde que não haja prejuízo à continuidade do serviço público.

c) O servidor exonerado do cargo efetivo ou em comissão perceberá indenização relativa ao período das férias a que tiver direito e ao incompleto, na proporção de um doze avos por mês de efetivo exercício, ou fração superior a quatorze dias.

d) Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 meses de exercício, razão porque o servidor exonerado antes de completar referido período não terá direito à indenização, qualquer que seja a razão do seu desligamento.

e) Em caso de parcelamento, o servidor receberá o valor adicional previsto no inciso XVII do artigo 7º da Constituição Federal quando da utilização do último período.

Licenças, afastamentos e concessões

21. Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia - Técnico Judiciário – 2013

Catarina, servidora pública federal, requereu licença por motivo de afastamento do seu cônjuge, uma vez que respeitados os requisitos legais para tal requerimento. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, referida licença

a) poderá ser concedida para acompanhar companheiro que foi deslocado para outro ponto do território nacional.

b) dar-se-á com remuneração.

c) será por prazo determinado.

d) não é cabível para acompanhar cônjuge deslocado para o exterior.

e) não é cabível para acompanhar cônjuge deslocado para o exercício de mandato eletivo do Poder Executivo.

22. Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região - Analista Judiciário – 2013

Bento, servidor público federal, foi convocado para o serviço militar. Em razão de tal fato, foi concedida licença de seu cargo público. Concluído o serviço militar, Bento terá alguns dias sem remuneração para reassumir o exercício do cargo. Nos termos da Lei no 8.112/90, o prazo a que se refere o enunciado é, em dias, de até

a) 5.

b) 15.

c) 90.

d) 30.

e) 60.

23. Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região - Analista Judiciário – 2013

Acerca do afastamento para participação em programa de pós-graduação stricto sensu no país, considere:

I. Tal afastamento dar-se-á ainda que a participação no curso possa ocorrer simultaneamente com o exercício do cargo.

II. O servidor afastar-se-á do exercício do cargo efetivo com a respectiva remuneração.

III. Ocorre no interesse da Administração.

De acordo com a Lei no 8.112/90, está correto o que consta APENAS em

a) II e III.

b) I.

c) I e II.

d) II.

e) III.

24. Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região - Juiz do Trabalho – 2013

Considere as seguintes afirmações a respeito dos afastamentos de servidores públicos, na forma prevista pela Lei no 8.112/90, que disciplina o regime jurídico dos servidores públicos civis da União:

I. O afastamento de servidor investido em mandato de vereador dar-se-á quando houver incompatibilidade de horário, sendo-lhe facultado optar pela remuneração.

II. Ao servidor para o qual tenha sido concedido afastamento para estudo ou missão oficial no exterior não será concedida exoneração antes de decorrido período igual ao do afastamento, ressalvada a hipótese de ressarcimento da despesa havida com seu afastamento.

III. O afastamento para o exercício em cargo em comissão ou função de confiança deverá ocorrer com ônus para a entidade cessionária, quando a cessão for para outro órgão ou entidade dos Poderes da União.

Está correto o que se afirma APENAS em

a) II.

b) II e III.

c) I.

d) I e III.

e) I e II.

25. Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região - Analista Judiciário – 2014

Vinicius, servidor público federal, pretende tirar licença para capacitação profissional. A propósito de tal licença e nos termos da Lei nº 8.112/90, é INCORRETO afirmar que

- a) é concedida sem prejuízo da respectiva remuneração do servidor.
- b) se pode dar após cada quinquênio de efetivo exercício.
- c) é concedida no interesse da Administração.
- d) se dá com o afastamento do exercício do cargo efetivo.
- e) tem, como prazo máximo, o período de dois meses.

26. Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região - Juiz do Trabalho – 2014

A Lei Federal nº 8.112/1990 prevê, dentre as hipóteses de licenciamento do servidor, a concessão de licença para atividade política (art. 86); e licença para tratar de interesses particulares (art. 91). Sobre tais atos administrativos, é correto afirmar que

- a) o primeiro é ato discricionário e revogável; o segundo é ato vinculado e irrevogável.
- b) o primeiro é ato vinculado e irrevogável; o segundo é ato discricionário e revogável.
- c) ambos são atos discricionários e revogáveis.
- d) ambos são atos vinculados e irrevogáveis.
- e) o primeiro é ato vinculado e revogável; o segundo é ato discricionário e irrevogável.

27. Tribunal Regional Federal da 4ª Região TRF-4 - Técnico Judiciário – 2014

O Tribunal Regional Federal da 4ª Região concedeu a Juliano, servidor público federal ocupante de cargo efetivo, licença para o trato de assuntos particulares pelo prazo de três anos, sem remuneração. No curso da aludida licença, especificamente durante o período de um ano, Juliano participou da gerência de sociedade privada. No desempenho das atividades de gerência, foi devidamente observada a legislação sobre conflito de interesses. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, a conduta de Juliano é

- a) vedada, pois a gerência em questão deve ser exercida pelo prazo máximo de seis meses.
- b) admissível na situação narrada no enunciado.
- c) vedada, pois a lei expressamente proíbe, em qualquer hipótese, a gerência de sociedade privada por servidor público federal.
- d) vedada, sendo possível, apenas, na hipótese de licença por motivo de doença em pessoa da família.

e) admissível, apenas, no caso de participação no conselho de administração de empresa em que a União detenha, direta ou indiretamente, participação no capital social.

28. Tribunal Regional Eleitoral - Analista Judiciário – 2015

Dentre os direitos previstos no Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, Autarquias e das Fundações Públicas Federais está o gozo de licenças. É vedado o exercício de atividade remunerada durante o período de licença

- a) por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro.
- b) por motivo de doença em pessoa da família.
- c) para atividade política.
- d) para tratar de interesses particulares.
- e) para capacitação.

3. Tempo de Serviço

29. Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região - Técnico Judiciário – 2014

Cristovão, servidor público federal, prestou por dois anos serviço às Forças Armadas em operação de guerra. Em seguida, exerceu por dez anos cargo público federal na União, cumulativamente com outro cargo público em autarquia federal, haja vista a possibilidade legal de cumulação. Nos termos da Lei nº 8.112/90 e para fins de contagem de tempo de serviço para efeito de aposentadoria, Cristovão terá o período de

- a) 14 anos.
- b) 12 anos.
- c) 22 anos.
- d) 24 anos.
- e) 10 anos.

4. Direito de Petição

30. Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região - Técnico Judiciário – 2014

No que concerne ao direito de petição, previsto constitucionalmente, e sua aplicação aos servidores públicos, é correto afirmar que

- a) embora haja regramento constitucional, inexistindo previsão na Lei nº 8.112/1990, não se pode considerar

aplicável o direito nas relações travadas na esfera administrativa.

b) é assegurado ao servidor público na Lei nº 8.112/1990, inclusive com previsão de cabimento de pedido de reconsideração e recurso administrativo.

c) não se aplica diretamente aos servidores, que podem, no entanto, fazê-lo por intermédio de sua chefia imediata.

d) é aplicável ao servidor público na esfera administrativa, com possibilidade de apresentação de pedido de reconsideração, vedada, no entanto, a interposição de recurso em razão daquela decisão.

e) é garantido aos servidores, do qual decorre o direito de recorrer, uma única vez, às autoridades superiores, vedada interposição de recursos sucessivos daquela e de subsequentes decisões.

31. Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região - Analista Judiciário – 2015

O direito de petição previsto na Lei nº 8.112/90

a) assiste somente aos servidores titulares de cargo efetivo, tendo em vista que os servidores comissionados e os ocupantes de emprego público não se submetem ao princípio do concurso público para ingresso no serviço público.

b) deve ser sempre dirigido à autoridade imediatamente superior ao servidor, em razão do poder hierárquico e disciplinar dos quais é dotado, o que abrange análise de legalidade e de conveniência e oportunidade sobre o requerimento pretendido.

c) deve ser encaminhado pela autoridade imediatamente superior ao requerente, que não pode emitir juízo de valor sobre o pedido, vedado, no entanto, pedido de reconsideração ou recurso em face da decisão da autoridade competente, posto que não se trata de processo administrativo, onde presente o princípio do contraditório e da ampla defesa.

d) deve ser exercido sem que o requerente tenha vista do processo a que se refere o pedido, salvo se diante de processo disciplinar, em que esse direito é garantido aos servidores desde a instauração.

e) é direito do servidor e admite interposição de pedido de reconsideração e de recurso contra a decisão proferida pela autoridade competente, correndo, no entanto, prescrição para exercício do direito de petição.

32. Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região - Técnico Judiciário – 2016

Gabriel, servidor público federal, exerceu seu direito de petição em defesa de interesse legítimo. Em razão do indeferimento de seu requerimento, formulou pedido de reconsideração à autoridade competente. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, o pedido de reconsideração

a) interrompe a prescrição.

b) pode ser renovado uma única vez.

c) deve ser interposto no prazo de quinze dias, a contar da publicação ou da ciência, pelo interessado, da decisão que pretende ver reconsiderada.

d) deve ser decidido dentro do prazo máximo de noventa dias.

e) caso indeferido, não admite recurso.

5. Regime Disciplinar

33. Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região - Analista Judiciário - 2012

De acordo com a Lei nº 8.112/1990, o servidor público sujeita-se à penalidade de

a) advertência, aplicada verbalmente, no caso de ausentar-se do serviço sem autorização do chefe imediato.

b) suspensão, no caso de reincidência de faltas punidas com advertência, não podendo exceder 90 dias.

c) suspensão, de até 60 dias, quando recusar-se, injustificadamente, a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente.

d) demissão, no caso de opor resistência injustificada ao andamento de processo ou execução de serviço.

e) cassação de aposentadoria na hipótese de prática, na inatividade, de falta punível com pena de demissão.

34. Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região - Técnico Judiciário - 2011

De acordo com a Lei nº 8.112/90, que dispõe sobre o Regimento Jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das Fundações Públicas Federais, a ausência intencional do servidor ao serviço por mais de trinta dias consecutivos acarretará a penalidade de

a) suspensão de até 30 dias.

b) demissão.

c) advertência.

d) censura.

e) repreensão.

35. Tribunal Regional Federal da 3ª Região - Analista Judiciário – 2014

Maria, servidora pública do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, desesperada para pagar uma conta

peçoal já vencida, ausentou-se do serviço, durante o expediente, sem prévia autorização de seu chefe imediato. Vale salientar que Maria jamais sofreu qualquer sanção administrativa, tendo um histórico impecável na vida pública. Nos termos da Lei nº 8.112/90, Maria

- a) está sujeita à pena de suspensão.
- b) não está sujeita a qualquer sanção administrativa, sendo mantido intacto seu prontuário.
- c) está sujeita à pena de advertência.
- d) está sujeita à pena de censura.
- e) não está sujeita a qualquer sanção administrativa, no entanto, o fato será anotado em seu prontuário.

36. Tribunal Regional Federal da 3ª Região - Técnico Judiciário – 2014

Pedro Henrique, servidor público federal ocupante de cargo efetivo, participava, concomitantemente ao exercício da função pública, da administração de sociedade privada. Instaurado processo disciplinar para apuração da potencial falta administrativa, Pedro Henrique, de acordo com as disposições da Lei nº 8.112/90, poderá sofrer pena de

- a) advertência, com a correspondente anotação em seu prontuário e determinação de cessação da atividade privada.
- b) suspensão, que não pode exceder 30 dias, passível de conversão em multa.
- c) suspensão, que não pode exceder 60 dias, vedada conversão em multa.
- d) demissão, salvo se atuava na qualidade de acionista, cotista ou comanditário.
- e) demissão, que incompatibiliza o ex-servidor para nova investidura em cargo público federal.

37. Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região - Técnico Judiciário – 2014

Alice, servidora pública do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, encontrava-se em seu local de trabalho, exercendo normalmente suas atribuições, quando foi surpreendida por um particular que lhe dirigiu graves xingamentos, ofensivos à sua moral. Alice, abalada emocionalmente, ofendeu fisicamente o particular. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, Alice

- a) está sujeita à pena de repreensão.
- b) não sofrerá punição, haja vista ter agido em legítima defesa.
- c) cometeu ato de improbidade e pode sofrer a suspensão dos seus direitos políticos por 8 (oito) anos.
- d) está sujeita à pena de demissão.

e) não sofrerá punição, mas terá o episódio registrado em seu prontuário, para fins de antecedentes funcionais.

38. Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região - Técnico Judiciário – 2014

Juscelino, servidor público federal, praticou falta administrativa e foi penalizado com a sanção de suspensão por noventa dias. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, a falta funcional praticada por Juscelino, que acarretou nessa punição, foi

- a) revelar segredo do qual se apropriou em razão do cargo.
- b) inassiduidade habitual.
- c) incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição.
- d) recusar fé a documentos públicos, reincidentemente.
- e) proceder de forma desidiosa.

39. Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região - Analista Judiciário – 2014

André, servidor público do Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, acumulou ilegalmente seu cargo com outro no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas. O TRT tomou conhecimento da infração, no entanto, não tomou providência, já tendo transcorrido o prazo de dois anos da ciência. Na hipótese narrada e nos termos da Lei nº 8.112/90, a ação disciplinar

- a) pende de condição suspensiva, pois é necessário aguardar a ciência do TJ (Tribunal de Justiça de Alagoas) para adotar eventual medida administrativa.
- b) está prescrita, pois, no caso narrado, o prazo prescricional é de dois anos.
- c) está prescrita, pois, no caso narrado, o prazo prescricional é de cento e oitenta dias.
- d) não está prescrita.
- e) está prescrita, pois, no caso narrado, o prazo prescricional é de um ano.

40. Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região - Analista Judiciário – 2014

João, Manoela e Francisco, todos servidores públicos federais, praticaram condutas sujeitas às respectivas sanções previstas na Lei nº 8.112/90. João recusou-se a ser submetido a inspeção médica determinada pela autoridade competente. Manoela revelou segredo do qual se apropriou em razão do cargo. Francisco aliciou seus subordinados para que se filiassem a um

determinado partido político. A ação disciplinar prescreverá em dois anos para a sanção referente à(s) falta(s) praticada(s) por

- a) João, Manoela e Francisco.
- b) João e Francisco.
- c) Manoela.
- d) Manoela e Francisco.
- e) João

6. Processo Administrativo Disciplinar

41. Tribunal Superior do Trabalho – Analista Judiciário – 2012.

Com base no processo disciplinar, previsto na Lei no 8.112/90,

- a) o processo disciplinar será conduzido por comissão presidida pela autoridade hierarquicamente superior ao servidor indiciado, que melhor conhece a conduta do mesmo, podendo avaliar a penalidade mais adequada a ser aplicada em razão da infração.
- b) havendo diversidade de sanções a serem aplicadas, o julgamento será proferido por todas as autoridades competentes para aplicá-las.
- c) quando a infração também configurar ilícito penal, o processo administrativo ficará suspenso, aguardando a conclusão do processo criminal.
- d) é assegurado ao servidor o direito de acompanhar o processo pessoalmente ou por intermédio de procurador, sendo-lhe permitido arrolar testemunhas, vedada, contudo, a apresentação de quesitos a prova pericial.
- e) o servidor que responder a processo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido, ou aposentado voluntariamente, após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade, acaso aplicada.

42. Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região - Analista Judiciário - 2003

A autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público

- a) é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar.
- b) poderá ou não promover a sua apuração imediata, mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar, atendendo à conveniência da administração.

c) deverá comunicar à autoridade policial local e não poderá promover a sua apuração mediante sindicância ou processo administrativo disciplinar.

d) poderá ou não promover a sua apuração imediata, atendendo à conveniência da administração, mas sempre mediante prévia sindicância.

e) poderá ou não promover a sua apuração imediata, atendendo à conveniência da administração, instaurando desde logo processo administrativo disciplinar.

43. Tribunal Regional Federal da 3ª Região - Técnico Judiciário - 2007

Mário, servidor público federal estável, está acumulando ilegalmente cargos públicos. Detectada a acumulação ilegal, em regra, a autoridade competente notificará o servidor

- a) através de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo improrrogável de dez dias, contados da data da ciência.
- b) pessoalmente, para apresentar opção no prazo improrrogável de trinta dias, contados da data da ciência.
- c) da imediata abertura de processo administrativo disciplinar que adotará procedimento ordinário para apuração e regularização da infração.
- d) da imediata abertura de processo administrativo disciplinar que adotará procedimento sumaríssimo para apuração e regularização da infração.
- e) através de sua chefia imediata, para apresentar opção no prazo de quinze dias, prorrogável por igual período, contados da data da ciência.

44. Tribunal Regional Eleitoral do Piauí - Técnico Judiciário - 2009

A respeito do processo administrativo disciplinar para apuração de acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, considere:

I. Será iniciado com a instauração da comissão administrativa disciplinar, a ser composta por cinco servidores estáveis, e posteriormente será indicada a autoria e a materialidade da transgressão objeto da apuração.

II. No prazo de quinze dias, contados do recebimento do processo, a autoridade julgadora proferirá a sua decisão, apresentando resumo dos fatos, relatório e fundamentação conclusiva.

III. Caracterizada a acumulação ilegal e provada a má-fé, aplicar-se-á a pena de demissão, destituição ou cassação de aposentadoria ou disponibilidade em relação aos cargos, empregos ou funções públicas em regime de acumulação ilegal.

IV. Em regra, o prazo para a conclusão do processo administrativo disciplinar submetido ao rito sumário não excederá trinta dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão.

De acordo com a Lei nº 8.112/90, está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I, II e III.
- c) I, III e IV.
- d) II, III e IV.
- e) III e IV.

45. Tribunal Regional Federal da 4ª Região - Analista Judiciário - 2004

Da sindicância poderá resultar

- a) sustação do andamento do inquérito administrativo, aplicação da penalidade de suspensão convertida em multa e destituição de cargo público.
- b) arquivamento do processo administrativo disciplinar, aplicação das penalidades de suspensão de até sessenta dias e de demissão.
- c) arquivamento do processo, aplicação da penalidade de advertência e instauração do processo administrativo disciplinar.
- d) aplicação das penalidades de suspensão de até 90 dias ou de demissão e instauração do inquérito administrativo.
- e) desarquivamento do processo administrativo disciplinar para instauração do inquérito administrativo e aplicação das penalidades de advertência e suspensão de até trinta dias.

46. Câmara dos Deputados - Técnico Legislativo - 2007

Como medida cautelar, a fim de que o servidor não venha a influir na apuração da irregularidade, a autoridade instauradora do processo administrativo disciplinar poderá:

- a) determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 90 dias, prorrogável por igual prazo, com prejuízo da remuneração.
- b) determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 90 dias, prorrogável por igual prazo, sem prejuízo da remuneração.
- c) determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 60 dias, prorrogável por igual prazo, com prejuízo da remuneração.

d) determinar o seu afastamento do exercício do cargo, pelo prazo de até 60 dias, prorrogável por igual prazo, sem prejuízo da remuneração.

e) suspendê-lo pelo prazo improrrogável de 15 dias, sem prejuízo da remuneração, uma vez que não existe afastamento preventivo de servidor antes de encerrada a instrução.

47. Tribunal Regional Eleitoral do Ceará FCC - Analista Judiciário - 2012

Zuleica, Teodora e Bárbara são analistas dos Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará, sendo que Teodora é aposentada, Zuleica praticou infração disciplinar sujeita a penalidade de suspensão de até 30 dias, Teodora praticou infração disciplinar sujeita a cassação da aposentadoria e Bárbara praticou infração disciplinar sujeita a penalidade de suspensão de até 90 dias. Nestes casos, de acordo com a Lei nº 8.112/90, será obrigatória a instauração de processo administrativo disciplinar para a apuração das infrações cometidas por:

- a) Teodora e Bárbara, apenas.
- b) Zuleica, Teodora e Bárbara.
- c) Teodora, apenas.
- d) Zuleica e Bárbara, apenas.
- e) Bárbara, apenas.

48. Tribunal Regional Federal da 3ª Região - Técnico Judiciário - 2007

Considere as seguintes assertivas a respeito do processo administrativo disciplinar:

I. O processo disciplinar será conduzido por comissão composta de cinco servidores estáveis designados pela autoridade competente.

II. O Presidente da comissão deverá ser ocupante de cargo efetivo superior ou de mesmo nível, ou ter nível de escolaridade igual ou superior ao do indiciado.

III. Não poderá participar de comissão de sindicância ou de inquérito, cônjuge, companheiro ou parente do acusado, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau.

IV. O prazo para a conclusão do processo disciplinar não excederá noventa dias, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, admitida a sua prorrogação por igual prazo.

De acordo com a Lei nº 8.112/90, está correto o que se afirma APENAS em

- a) I e II.
- b) I e IV.
- c) II e III.

- d) I, III e IV.
e) II, III e IV.

49. Tribunal Regional Federal da 1ª Região - Analista Judiciário - 2011

Sobre o processo administrativo disciplinar, previsto na Lei nº 8.112/90, é correto afirmar

que:

- a) da sindicância poderá resultar aplicação de penalidade de advertência ou suspensão de até sessenta dias.
b) o processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando, dentre outras hipóteses, se aduzirem circunstâncias suscetíveis de justificar a inadequação da penalidade aplicada.
c) o prazo para conclusão da sindicância não excederá vinte dias, podendo ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade superior.
d) o afastamento preventivo do servidor, para evitar que influa na apuração da irregularidade, poderá ser prorrogado por igual prazo, findo o qual cessarão os seus efeitos, salvo se não concluído o processo.

e) quando o relatório da Comissão contrariar as provas dos autos, a autoridade julgadora poderá, motivadamente, abrandar a penalidade proposta ou isentar o servidor de responsabilidade, não podendo, todavia, agravar a pena.

7. Seguridade Social do Servidor

FCC - Analista Judiciário (TRF 2ª Região)/Apoio Especializado/Serviço Social/2007

O Plano de Seguridade Social do servidor público civil da União visa à cobertura aos riscos a que estão sujeitos o servidor e sua família. Um dos benefícios concedidos ao dependente é

- a) o salário família.
b) o auxílio natalidade.
c) a condição individual e ambiental de trabalho satisfatória.
d) a aposentadoria.
e) a assistência à saúde.

Gabarito

01 – D	02 – A	03 – C	04 – B	05 – B	06 – D	07 – D	08 – D	09 – A	10 – E
11 – A	12 – B	13 – E	14 – E	15 – B	16 – D	17 – C	18 – B	19 – B	20 – C
21 – A	22 – D	23 – A	24 – E	25 – E	26 – B	27 – B	28 – B	29 – A	30 – B
31 – E	32 – A	33 – B	34 – B	35 – C	36 – D	37 – D	38 – D	39 – D	40 – E
41 – E	42 – A	43 – A	44 – E	45 – C	46 – D	47 – A	48 – E	49 – B	50 – E